



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Fundamentos.

SERVIÇO SOCIAL EM PERNAMBUCO NOS ANOS 1950: EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL

Adilson Aquino Silveira Júnior¹
Mariana Macena da Silva²
Lenita Maria Maciel de Almeida³

Resumo: O trabalho aborda as determinações que particularizam o Serviço Social em Pernambuco nos anos 1950. Através de uma pesquisa com fontes documentais e bibliográficas, são identificadas as transformações do Serviço Social no estado em termos do processo de atualização e profissionalização, além da expansão dos espaços ocupacionais e da diversificação operacional e metodológica.

Palavras-chaves: Serviço Social. Profissionalização. Pernambuco.

Abstract: The paper deals with the determinations that particularize the Social Work in Pernambuco in the 1950s. Through a research with documentary and bibliographical sources, are identified the transformations of the Social Work in the state in terms of the process of updating and professionalization, besides the expansion of the occupational spaces and the operational and methodological diversification.

Key-words: Social Work. Professionalisation. Pernambuco.

1. Introdução: aspectos da pesquisa em desenvolvimento

Este estudo exploratório visa apreender as determinações que particularizam o Serviço Social em Pernambuco nos anos 1950. Tal particularidade será abordada sempre com caráter aproximativo, considerando as seguintes dimensões: (I) as expressões da “questão social” em nível regional e seu processamento através das políticas sociais pelo Estado; (II) as reconfigurações da formação profissional, com vistas ao processo de racionalização e atualização através da influência norte-americana; (III) a constituição dos espaços e demandas sócio-ocupacionais, e das respostas profissionais, suas transformações e tendências na década. Nos anos 1950, tais dimensões inscrevem-se num estágio do desenvolvimento do Serviço Social – em nível regional e nacional – no qual se verifica o progressivo processo de laicização, institucionalização e profissionalização, sob a crescente influência do estrutural-

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: j_r1987@hotmail.com.

² Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: j_r1987@hotmail.com.

³ Estudante de Graduação, Universidade Federal de Pernambuco, E-mail: j_r1987@hotmail.com.

funcionalismo norte-americano. As três dimensões serão apropriadas por meio de dados primários e secundários oriundos de fontes bibliográficas e documentais.

Do ponto de vista teórico, o estudo pode contribuir no avanço das pesquisas sobre a história da profissão no estado. Inobstante à importância das investigações existentes, verificamos ainda um pequeno número de iniciativas isoladas, e debruçadas sobre dimensões e temporalidades parciais (conf. GOMES, 1987; PADILHA, 2008; VIEIRA, 1992). Do ponto de vista profissional, a investigação histórica tem o potencial de fundamentar projetos de intervenção que, apropriando-se eficazmente do passado, consigam ambicionar objetivos e alternativas de atuação referenciados pela ruptura com o conservadorismo, tradicionalmente perpetuado, usualmente sob novas formas e expressões.

O primeiro eixo, relativo às expressões da “questão social” e às políticas sociais em Pernambuco nos anos 1950, será explorado através do estudo bibliográfico de monografias, dissertações, teses e livros afetos aos referidos temas. As fontes bibliográficas que constituirão o ponto de partida – às quais serão agregadas outras com a concomitante busca e identificação da literatura – dizem respeito aos trabalhos de Gomes (1987), Gominho (2011, 1997, 1998), Oliveira (2008), Padilha (2008), Page (1972), UFPE (1987), Vieira (1992). Os aspectos em nível nacional serão apropriados principalmente pelos seguintes textos: Ammann (2003); Behring e Boschetti (2006), Fernandes (1976), Ianni (1977), Oliveira (2008), Skidmore (1982), Vieira (1987). As variáveis principais que serão capturadas com o estudo bibliográfico correspondem a três complexos de determinações basilares na constituição e desenvolvimento do Serviço Social: a especificidade do metabolismo da acumulação capitalista incidente na realidade regional nos anos 1950; as principais manifestações da desigualdade social desenvolvida sob essa especificidade econômico-social contraditória, e as conflitualidades e lutas precipitadas por tal dinâmica; e as respostas mais significativas das instâncias de governo e dos organismos da sociedade a essas desigualdades e conflitos na forma de ações, serviços e políticas sociais, conformadoras das demandas e dos espaços ocupacionais do Serviço Social.

Os demais eixos, correspondentes à dinâmica da formação profissional, aos espaços de trabalho e às respostas profissionais, serão abordados, predominantemente, através de dados primários (coletados nos documentos da extinta Escola de Serviço Social de Pernambuco – ESS/PE e nas monografias defendidas entre os anos 1950-1960) e, subsidiariamente, dados secundários, oriundos de estudos que abordaram, direta ou indiretamente, os temas em tela – em especial, os trabalhos de Padilha (2009), Vieira (1992), UFPE (1985). No tocante à dinâmica da formação profissional nos anos 1950 em Pernambuco, as principais variáveis que a

contemplam correspondem às reconfigurações no quadro e conteúdo das disciplinas ofertadas, nas definições e processamento das experiências de estágio, nas articulações institucionais em que a ESS/PE se envolve para o aperfeiçoamento do ensino. Além das sínteses já fornecidas pela pesquisa de Vieira (1992) em torno dessas variáveis, serão utilizados como fontes de dados, principalmente, os Relatórios Anuais da Direção da ESS/PE do período, os Regulamentos, Estatutos e Regimentos da ESS/PE e o Relatório da Comissão Verificadora (ESS/PE, 1955).

Com respeito ao significado social das respostas profissionais, as principais variáveis a serem consideradas são: características das instituições que empregam assistentes sociais no estado durante o período (seus objetivos organizacionais, “públicos-alvo” atendidos, ações demandadas para o Serviço Social); objetivos profissionais estabelecidos para os referidos espaços; especificidade teórico-metodológica da atuação profissional (racionalidade e matriz teórica mobilizadas, de modo subjacente ou explícito) e sua dinâmica técnico-operativa. Aqui, contamos especificamente com os dados fornecidos pelas monografias produzidas pelas alunas da ESS/PE nos anos 1950, nas quais se encontram registros bastante aproximados das variáveis apontadas – visto que os objetivos centrais dos trabalhos monográficos eram fornecer um registro das experiências de estágio nas instituições existentes. O material empírico relativo à década de 1950 correspondeu ao total de 52 monografias, redigidas entre 1951 e 1961. De modo secundário, recorreremos a alguns documentos da ESS/PE que podem fornecer elementos para um mapeamento dos espaços ocupacionais – com destaque para os Relatórios Anuais da Direção da ESS/PE e os relatórios elaborados para a anexação da Escola a UFPE (ESS/PE, 1969).

A apreensão dessa realidade é proposta com a perspectiva de levantamento e síntese de materiais empíricos, e construção de hipóteses analíticas, referentes à particularidade do Serviço Social em Pernambuco nos anos 1950. Do ponto de vista analítico, o estudo busca reunir matéria-prima documental e hipóteses para decifrar o significado social da profissão na particularidade regional da década, em termos dos seus condicionamentos econômicos e políticos específicos e os efeitos de sua intervenção na dinâmica das relações entre as classes sociais e a reprodução das relações sociais e suas contradições.

2. O Serviço Social nos anos 1950 em Pernambuco

Nos anos 1950, verificamos um estágio do desenvolvimento do Serviço Social – em nível regional e nacional – no qual se observa o progressivo processo de laicização, institucionalização e profissionalização, sob a crescente influência do

estrutural-funcionalismo norte-americano. A profissionalização supõe – além dos vetores da emergência já firmados – o reconhecimento abrangente – pelo Estado em suas diversas esferas – do Serviço Social enquanto campo profissional, e do portador do diploma de assistente social como legítimo e exclusivo agente com capacidade e competência para desenvolver as atribuições relativas à área em questão. Portanto, com o direito de reclamar o Serviço Social como sua esfera privativa de inserção no mercado da força de trabalho. Além da conquista de uma legislação voltada à regulamentação do Serviço Social de larga abrangência, a existência de entidades para fiscalização do exercício e defesa corporativa, a profissionalização envolve processos também amplos de normatização e padronização dos critérios de ensino (superior) e das agências de formação (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005; NETTO, 2004). O caráter necessariamente abrangente das regulamentações e normatizações do estágio de profissionalização requer uma legislação federal que equaliza esse processo entre todos os estados.

Ao que tudo indica, nos anos 1940, por exemplo, verifica-se em Pernambuco apenas a Portaria 568, de 5 de julho de 1947, criando a função de “auxiliar do Serviço Social do Hospital Centenário” (revogada pela Portaria 190, de 31 de março de 1948, que extingue o Serviço Social na mesma instituição) e a Lei Estadual, nº 427, de 31 de dezembro de 1948, criando cargos isolados de assistentes sociais. Na entrada da década seguinte, outra legislação fornece um reconhecimento mais amplo. Em primeiro lugar, com a criação de outra Lei Estadual, em 14 de dezembro de 1950, nº 965, que dispõe sobre as nomeações para os cargos de assistentes sociais a serem criados pelo estado e suas autarquias. Nesse caso, a orientação e execução de trabalhos que integram as atividades específicas de Serviço Social passaram a constituir a carreira de “assistente social” nas repartições de Pernambuco (ou seja, nas autarquias instituídas pelo Estado e as organizações por ele subvencionadas). A partir daí, as nomeações para os cargos foram condicionadas ao porte do diploma de “assistente social” – ainda podendo ser admitidos como contratados alunas da ESS/PE, exigindo-se, nesse caso, a conclusão do curso no prazo regulamentar. Supomos que essa legislação repercutiu na dinâmica da ESS/PE, em especial com aumento das matrículas, nos anos 1950, e a mobilização para a finalização dos cursos e a diplomação – conforme sinaliza o gráfico anterior. Poucos anos depois se firmaram marcos legais referentes à constituição de normas e agências para uma padronização e racionalização do ensino em nível nacional (Lei 1.889 de 13.06.1953 e o Decreto 35.311, de 02.04.1954) e ao reconhecimento do exercício profissional (Lei 3.252, de 27.08.1957, que confere monopólio do exercício aos portadores do diploma, e o Decreto Lei 994, de 15.05.1962, que regulamenta a Lei).

Quanto à formação profissional, na década de 1950 o Serviço Social em Pernambuco sofreu os reflexos da regulamentação e padronização do ensino. A já referida Lei 1.889 submeteu a ESS/PE à supervisão do Estado. A regulamentação do ensino contribuiu para a alteração do currículo, que seguiu os direcionamentos da Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS). O primeiro currículo da ESS/PE possuía três anos de duração, com formação dividida em três séries com duração de um ano. Ao lado do ensino do *Serviço Social de Caso*, nas disciplinas ofertadas já apareciam o *Serviço Social de Grupo* e *Organização de Comunidade* (posteriormente Desenvolvimento de Comunidade). Isso sinalizava a influência norte-americana na formação profissional do Serviço Social. De modo geral, em relação à composição do currículo nos anos 1950, evidencia o distanciamento da dimensão doutrinária, sobretudo com a adoção do currículo mínimo da ABESS (VIEIRA, 1992).

O currículo mínimo aprovado não obrigava a adoção de conteúdo que apontasse para a orientação católica do Serviço Social. Privilegiava apenas disciplinas de caráter científico, conhecimentos básicos na área de ciências humanas e disciplinas com conteúdo específico de Serviço Social. Ou seja, a formação profissional, ao ser institucionalizada, deixou de ter, como componente obrigatório constitutivo da profissão, a orientação católica, ainda que esta fosse recuperada, como pare do currículo pelo, a depender da Escola (VIEIRA, 1992). Esse adensamento do perfil técnico-científico está relacionado também com as articulações institucionais que a ESS/PE realiza entre as décadas de 1950-1960. É nesse período que iniciaram convênios com a SUDENE e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), possibilitando apoio financeiro para a continuação das atividades e assim ampliando os campos de estágio nas áreas rurais e urbanas. Outro aspecto, com relação aos acordos institucionais, foi a intensificação dos intercâmbios com o Serviço Social norte-americano, além das ações em torno do *Acordo Ponto IV*, que viabilizou a cooperação técnica e financeira com os Estados Unidos (VIEIRA, 1992). Assim, durante os anos de 1950, a ESS/PE distancia-se das suas antigas práticas profissionais de cunho vocacional devido: a) à institucionalização do ensino superior; b) ao estreitamento da relação com os Estados Unidos, o qual direcionou uma atuação profissional, aporte teórico de caráter funcionalista – expresso, por exemplo, pela adoção dos métodos de caso com viés psicologizante, e as abordagens de grupo e comunidade, que foram inseridas no currículo profissional e; c) à ampliação dos convênios com outras instituições com viés técnico e modernizador.

Já no plano das transformações nos espaços ocupacionais e nas respostas profissionais, assim caracterizam Iamamoto e Carvalho (2005, p. 343) o que ocorreu nacionalmente, com foco em Rio de Janeiro e São Paulo, nos anos 1950:

No fim da década de 1940, e especialmente na década seguinte, abre-se um novo e amplo campo para os Assistentes Sociais; as grandes empresas (especialmente as indústrias) passam a constituir um mercado de trabalho crescente. O Serviço Social se interioriza, acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais, e o surgimento dos novos programas voltados para as populações rurais. Ao mesmo tempo, nas instituições assistenciais – médicas, educacionais, etc. – o Serviço Social paulatinamente logra maior sistematização técnica e teórica de suas funções, alcançando definir áreas preferenciais de atuação técnica. Aprofunda-se, no plano do ensino, a influência norte-americana, voltando-se o Serviço Social ainda mais para o tratamento, nas linhas da psicologia e psiquiatria, dos desajustamentos psicossociais. O Serviço Social de Grupo, que já tempo vinha sendo utilizado de forma tradicional (recreação e educação), na década de 1950 começa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, em hospitais, favelas, escolas etc., iniciando-se uma nova abordagem – que relaciona estudos psicossociais do participante com os problemas da estrutura social e utilização da dinâmica de grupo.

Sobre a abordagem comunitária, que passa a constituir uma novidade na intervenção, assim esclarecem os autores:

As iniciativas vinculadas ao Desenvolvimento de Comunidade apresentam nesse período franco desenvolvimento, com o surgimento de uma série de organismos e a realização de importantes Seminários. Esses organismos desenvolverão programas que buscam sua inspiração na experiência norte-americana. Estarão, essencialmente, baseados em técnicas do Desenvolvimento de Comunidade e perseguem a modernização da agricultura brasileira, tendo por estratégia a *Educação de Adultos*. (IAMAMOTO e CARVALO, 2005, p. 345).

Nesse aspecto, o Serviço Social em Pernambuco não destoa do que ocorria em nível nacional, talvez apresentando apenas um ritmo de relativo atraso face aos centros industriais e governamentais mais importantes do país. O reduzido quadro dos espaços ocupacionais de assistente sociais, encontrado nos anos 1940, é profundamente dinamizado pelas transformações econômicas e políticas deslanchadas a partir da década de 1950 no Nordeste.

Uma expressão do “desenvolvimento desigual interno” (FERNANDES, 1976) do capitalismo no Brasil é o compasso temporal peculiar da acumulação de capital na região: somente no curso dos anos 1950, ela sofre um impulso industrializante de maior vulto. A erosão da economia tradicional e a submissão ao capital monopolista, comandado pelo Centro-Sul e subsidiado pelo Estado, implicaram um agravamento das sequelas sociais da acumulação e um acirramento das lutas de classes em nível regional. Concomitantemente, ocorria uma significativa modernização e complexificação da aparelhagem governamental necessária à regência dos novos processos produtivos e ao deslocamento das contradições sociais e políticas crescentes – cujo ponto culminante se encontra nas mudanças operadas no bojo do ciclo ditatorial aberto em 1964.

Portanto, ocorria uma significativa modernização e complexificação da aparelhagem governamental necessária à regência dos novos processos produtivos e

ao deslocamento das contradições sociais e políticas crescentes – cujo ponto culminante se encontra nas mudanças operadas no bojo do ciclo ditatorial aberto em 1964.⁴ Mesmo antes de encerrada a década de 1960, a composição do mercado de trabalho de assistentes sociais estava em expansão, e era francamente mais complexa do que aquela despontada dois decênios antes⁵. Essa crescente complexidade dos espaços de trabalho manifesta-se pela diversidade de áreas de atuação já presente nos anos 1950 – inobstante se a inserção, em alguns casos, ainda carecia de legitimação institucional ou marcava-se apenas por experiências exploratórias.

Nessa época, o Serviço Social em Pernambuco fazia-se presente na esfera da *Assistência Social* – nos órgãos de assistência pública, nos programas de assistência à maternidade e à infância, e nas instituições sociais de assistência ao trabalhador; na *Saúde Pública* e na *Atenção médico-previdenciária* – em instituições públicas de atendimento à saúde, clínicas e postos vinculados aos institutos de aposentadorias e pensões e na formação profissional em saúde do Hospital das Clínicas da Universidade do Recife; na *Previdência Social* – não de modo consolidado, apenas esboçando-se os trabalhos preparatórios (elaboração de planos de intervenção) para a atuação nos setores dos órgãos centrais dos institutos de aposentadorias e pensões; nas *Políticas de Habitação* – em instituição estadual destinada ao enfrentamento do problema dos mocambos e nos trabalhos em conjunto residencial ligado a órgão da previdência social; na *Área Jurídica e penitenciária* – em instituições para mulheres reclusas e em reformatório para meninas; na *Política de Educação* – em escolas e instituição de assistência escolar do estado; na *Assistência Rural* – em projetos de desenvolvimento em áreas rurais; e em *Coordenação de obras assistenciais* – em órgão de registro, coordenação e avaliação de obras sociais.

Nas iniciativas referentes à área de *assistência social*, observa-se a atuação nas fábricas (indústrias ligadas ao algodão e à produção de tecidos), por meio do Serviço Social da Indústria (SESI), existente já desde finais de 1940, e no Serviço Social do Comércio (SESC). Encontra-se o Serviço Social envolvido também nas instituições e ações voltadas para a *assistência à maternidade e à infância* no Recife, e algumas cidades do interior, sob o patrocínio do Departamento Nacional da Criança (DNCr) e do Fundo Internacional de Socorro a Infância (FISI), da Legião Brasileira da

⁴ Uma síntese da relação entre esse ciclo industrializante no Nordeste, a atuação da SUDENE e as modificações da formação em Serviço Social na região é oferecida por Vieira (1992). O estudo de Oliveira (2008) analisa essa captura do Nordeste pelo grande capital. E o relato de Page (1962) fornece uma interessante mostra da movimentação camponesa, da atuação das esquerdas, da SUDENE e da intervenção norte-americana nesse período.

⁵ Pense-se, por exemplo, como, somente no ano de 1957, a ESS/PE diplomou o mesmo número de assistentes sociais (16) que havia formado, cumulativamente, nos dezesseis anos anteriores de sua existência.

Assistência (LBA) e de Agência de Serviço Social ligada à Paróquia. Com um público majoritário de mulheres e crianças, as respostas do Serviço Social mantinham-se centradas na aplicação do *Serviço Social de Casos* para solução de “desajustamentos sociais”, embora com discurso ideológico compósito, combinando elementos da visão doutrinária com traços da matriz modernizadora.

A atuação na *Política de Educação*, embora localizada e descontínua, ocorre com a experiência de tratamento de casos junto às crianças (e suas famílias) que frequentavam uma escola especializada no atendimento de pessoas com deficiência cognitiva. Mas também com iniciativas de organização comunitária em Grupos Escolares e no atendimento mais sistemático através do serviço social escolar, mantido pelo Departamento de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura. Na esfera jurídica e penitenciária, comparecem os trabalhos iniciais numa casa de reclusão feminina, e a continuidade das ações, já existentes desde os anos 1940, nos aparelhos assistenciais e abrigos vinculados ao juizado de menores do Recife. Aqui também o público principal é de crianças e mulheres, com fortes traços doutrinários, no caso da esfera jurídica e penitenciária, e com uma abordagem de individualização e psicologização.

Mais propriamente na esfera da *Saúde*, a atuação ocorre através de estudos e tratamento de casos em clínicas e hospitais vinculados aos *Institutos de Aposentadoria e Pensão* (em especial dos industriários e comerciários). Envolvidos no enfrentamento da tuberculose e do câncer, principalmente, nesses equipamentos se esboçam, inclusive, experiências localizadas de aplicação do *Serviço Social de Grupos* e indicativas de trabalho no âmbito da administração. Na *Saúde Pública*, o Serviço Social comparece em hospitais e dispensários centrados no atendimento à tuberculose. A inserção nas ações relativas às *Políticas de Habitação* encontra-se igualmente vinculada à atuação dos IAPs, nesse caso especificamente aquele ligado aos *comerciários*, no âmbito de um conjunto residencial desde meados de 1940 – donde, além do *Serviço Social de Casos* aplicado numa *Agência de Serviço Social*, verifica-se o desenvolvimento da abordagem de grupos no *Centro Social* criado junto ao residencial, visando a trabalhos de organização e desenvolvimento de comunidade. Ainda em relação ao *Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários* (IAPC), a década é marcada por uma transição, na qual o Serviço Social finda os trabalhos no conjunto residencial e passa a criar um plano de intervenção para a atuação na própria sede do referido instituto. De outra parte, o Serviço Social Contra o Mocambo (SSCM) contava com assistentes sociais trabalhando na Seção de Assistência à Família Operária (SAFO) do Departamento de Reeducação e Assistência Social (DRAS). Em todos esses campos, o Serviço Social centrava-se nos trabalhos de triagem para a

seleção de beneficiários, e acompanhamento de casos para concessão de auxílios e atividades educativas. Apenas de modo ainda germinal aplicando técnicas de grupo e organização de comunidade.

Outra novidade diz respeito às experiências desenvolvidas pioneiramente com *Assistência Rural*, na qual se encontram assistentes sociais empenhadas na aplicação dos métodos de *Organização e Desenvolvimento de Comunidade* em cidades interioranas, patrocinadas por órgãos como a *Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural* e o *Conselho de Serviço Social Rural*. Além da continuidade das atividades no interior do Fichário Central de Obras Sociais de Pernambuco, criado no final dos anos 1940. Nesses casos, manifesta-se de modo mais patente a tendência de atualização profissional marcada pelo cariz tecnicista, balizada pelas ideologias desenvolvimentistas com inspiração norte-americana.

Um documento da ESS/PE, destinado ao levantamento dos motivos para a criação do Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, fornece o panorama dos espaços existentes em finais de 1960, e das perspectivas abertas:

Vale a pena referir, neste particular, a expansão do Serviço Social que vem se efetuando até mesmo nas Universidades, como é o caso da experiência do CRUTAC (Centro Rural de Treinamento de Ação Comunitária), iniciada no Rio Grande do Norte [...]. Também a ampliação do Serviço Social ao nível da comunidade, nos hospitais universitários, se constitui fonte de demanda profissional. Todavia, fora dos limites da Universidade, os planos de desenvolvimento integrado, que os municípios de maior relevo do Nordeste se aprestam a realizar, de acordo com programação do Ministério do Interior, estão, necessariamente, ampliando a faixa de atuação dos Assistentes Sociais, vinculados como são estes, pela sua profissão, ao desenvolvimento. As reformas administrativas em execução contribuem, por sua vez, para alargar os horizontes profissionais, eis que se vem revelando os Assistentes Sociais técnicos de grande valor na aplicação de políticas e procedimentos da administração de pessoal [...]. Mas, não se pode deixar de mencionar a demanda profissional, nos serviços de assistência aos menores, como é o caso da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor, que vem contratando os serviços de um bom número de Assistentes Sociais; assim, também o INPS cujo órgão de pessoal em Pernambuco tem recrutado profissionais até em outros Estados. (ESS/PE, 1969, p. 2).

Prossegue o mesmo documento arrolando as principais instituições empregadoras então existentes e algumas áreas de atuação: o chamado “serviço social penitenciário”; o “serviços sociais” dos órgãos de previdência social em geral; os programas de desenvolvimento comunitário realizados sob os auspícios da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); as Secretarias de Estado; o Serviço Social Contra o Mocambo; o Departamento de Estradas e Rodagem; a Prefeitura Municipal do Recife; a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (CHESF); a Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (COHEBE); a Rede Ferroviária do Nordeste (RFN); a Companhia Pernambucana de Borracha Sintética (COPERBO); a Legião Brasileira de Assistência

(LBA); as Entidades Paraestatais como o Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI) etc.; a Arquidiocese de Olinda e Recife e as Dioceses do Interior; a Confederação Evangélica; as Cooperativas; os Hospitais; as Empresas Privadas de maior porte, etc. (ESS/PE, 1969, p. 3).

Em termos dos campos de trabalho, são assim classificados na Exposição de Motivos (ESS/PE, 1969, p. 2-3), associados às respectivas respostas profissionais previstas à época:

[...] a saúde pública, que pode ser reforçada por esses profissionais com vistas à recuperação dos enfermos; a educação, pela integração entre escola, família e comunidade; no trabalho, como foi referido, sobretudo no âmbito da administração de pessoal, concorrendo para o esclarecimento das relações entre patrões e empregados e buscando a sua melhoria, além de organizando e coordenando os programas de bem-estar dos empregados; nos planos de habitação, selecionando e educando os moradores das novas residências, auxiliando-os na adaptação ao novo ambiente além de colaborarem em outros serviços próprios de comunidade; na justiça pesquisando antecedentes sociais, participando das questões envolvidas no cumprimento de normas do Direito de Família, assistindo na reabilitação de delinquentes etc.; nos programas de nutrição das escolas, em que intervêm fatores sociais auxiliando, também, na disseminação de informações sobre dietética. Isto, sem falar nos programas de desenvolvimento da comunidade, em que o Assistente Social além de exercer funções de organização e educação pode realizar numerosos outros trabalhos de conteúdo social, variáveis em função dos objetivos fixados e das autoridades eu superintendem a execução do programa.

Com isso, buscamos sinalizar o adensamento dos espaços ocupacionais e das áreas de atuação ocorrente para nuançar o caráter embrionário das possibilidades de intervenção profissional vigentes ao final da década de 1940. Embora a *consolidação* do Serviço Social suponha a sua *emergência*, as alternativas de intervenção presentes nesta última não correspondem – nem qualitativa, nem quantitativamente – àquelas alcançadas quando da vigência das tendências econômicas, políticas e estatais desabrochadas pelo metabolismo capitalista das décadas seguintes. E a década de 1950 se apresenta, nesse intervalo, como uma fase de transição onde a profissionalização prepara o terreno para a diversificação ampla que ocorre nos anos seguintes.

3. Considerações finais

Com isso, buscamos sinalizar o adensamento dos espaços ocupacionais e das áreas de atuação ocorrente, que contrasta com o caráter embrionário das possibilidades de intervenção profissional vigentes ao final da década de 1940. Embora a consolidação do Serviço Social suponha a sua emergência, as alternativas de intervenção presentes nesta última não correspondem – nem qualitativa, nem quantitativamente – àquelas alcançadas quando da vigência das tendências

econômicas, políticas e estatais desabrochadas pelo metabolismo capitalista das décadas seguintes. E a década de 1950 se apresenta, nesse intervalo, como uma fase de transição onde a profissionalização prepara o terreno para a diversificação ampla que ocorre nos anos seguintes. Seu plano de fundo é a progressiva afirmação dos processos de industrialização e intervenção estatal colocados pela realidade dos monopólios crescente, donde se exige ademais respostas governamentais ao acirramento das lutas de classe pelo proletariado urbano e rural.

REFERÊNCIAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE PERNAMBUCO (ESS/PE). **Exposição de Motivos ao Professor Murilo Umberto de Barros Guimarães, Magnífico Reitor da Universidade Federal de Pernambuco**. Setembro de 1969. (mimeo).

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, V. D. **A Escola de Serviço Social de Pernambuco – 1940/1945** Políticas de ação e ações políticas. Recife, 1987. 114 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1987.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

VIEIRA, Ana Cristina de S. **Ensino do Serviço Social no Nordeste: entre a Igreja e o Estado**. São Paulo, 1992. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

OLIVEIRA, Francisco. de. **A noiva da revolução / Elegia para uma Re(li)gião**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PADILHA, H. M B. **História da Escola de Serviço Social de Pernambuco: uma análise do projeto ideopolítico em articulação com a realidade pernambucana e brasileira dos anos 30 a 70 do século XX**. Recife, 2008. 430 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.